



Plataforma de Merluza, em alto-mar, a 184 quilômetros da costa paulista: há prospecção de combustíveis em alto-mar, como gás natural, algo que poderá ser expandido para suprir a ausência de produto boliviano

Estado prevê ação privada em gás

Atividades no setor de combustíveis podem criar 200 mil empregos diretos no Litoral até 2025, mas requerem investimento particular

GUSTAVO T. DE MIRANDA
DA REDAÇÃO

Os números são de encher os olhos de qualquer um, ainda mais num momento de crise econômica: estimativas do Governo do Estado indicam que as atividades de petróleo e gás podem gerar 200 mil empregos diretos e 120 mil indiretos no Litoral paulista até 2025.

Quando as autoridades falam em investimentos potenciais, isso equivale a R\$ 209 bilhões no período, divididos entre a Baixada Santista e o Litoral Norte, onde haverá produção e exploração de gás.

Porém, uma recente entrevista do vice-governador Márcio França (PSB) acende o sinal de alerta: o gás natural consumido no Estado vem praticamente todo da Bolívia e este contrato de fornecimento chega ao fim em 2018. “Então, (em) 2019, acabou, e eu estou pressupondo problemas para o futuro”, prevê, em declaração publicada por *A Tribuna* na edição de 30 de outubro.

Especialistas ouvidos pela Reportagem traduzem a fala de França como um pedido de agilidade na solução dos gargalos para o segmento no País. “A voz corrente do mercado diz: ‘Quem é que domina o processo até a área de distribuição? Será a Petrobras? Ela vai admitir um sócio? Não sei. É preciso deixar as regras de distribuição de gás mais claras’”, defende Juarez Fontana dos Santos, coordenador do curso de Geologia do Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte).

Dúvida e possibilidade

“Quem domina o processo até a área de distribuição? A Petrobras? Ela vai admitir um sócio? É preciso ter regras de distribuição de gás mais claras”

Juarez Fontana dos Santos, coordenador do curso de Geologia do Unimonte

“A disponibilidade de rota adicional para gás será necessária. (...) É bastante factível uma nova rota até o início da próxima década”

Áureo Emanuel Pasqualetto Figueiredo, diretor da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Unisanta

CAPITAL

Nos planos do Governo, a iniciativa privada será a protagonista de um projeto que é considerado um dos maiores do País: buscar gás no pré-sal da Bacia de Santos para a costa paulista. Para a construção dessa estrutura, a Rota 4, é prevista uma obra que deve durar quatro anos, com investimento acima de R\$ 8 bilhões na expansão da rede de gasodutos.

Na prática, o projeto representa o incremento na oferta de gás natural proveniente das reservas na camada pré-sal. “A disponibilidade de uma rota adicional para escoamento de gás certamente será um requisito necessário. Associada a isso a correta percepção da indústria quanto à importância estratégica de se investir em infraestrutura, nos faz acreditar que é

bastante factível termos uma nova rota de escoamento até o início da próxima década”, diz o professor Áureo Emanuel Pasqualetto Figueiredo, diretor da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade Santa Cecília (Unisanta).

O projeto está sendo coordenado pela Cosan, em parceria com a Shell e a Comgás. Oficialmente, nenhuma das empresas se manifesta. Por nota, elas afirmam que “estão em período de silêncio”.

A Tribuna apurou, porém, que o projeto é tratado como uma ação de “longuíssimo prazo”, nas palavras de um interlocutor, e que “vai depender de investimento significativo vindo de outros parceiros e não dessas empresas” — o que reforça a preocupação do vice-governador do Estado.



Vice-governador Márcio França menciona proximidade do término do contrato entre Brasil e Bolívia

INFRAESTRUTURA

Uma parte do transporte do gás seria feita na Rota 4. Outra dependeria de navios carregados de gás liquefeito: essas embarcações o levariam até a indústria termelétrica, que irá processar e gerar energia. No caso da Baixada Santista, há planos para a construção de quatro usinas do tipo em longo prazo — em Peruíbe, Cubatão, São Vicente e Santos.

A proposta que circula em órgãos de regulação do Governo Estadual prevê que a

Comgás construa 5 mil quilômetros de rede de gás. Atualmente, a empresa possui pouco mais de 11 mil. O gasoduto chegaria à Baixada e aproveitaria a faixa de servidão das tubulações da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). Seria possível cruzar a Serra do Mar e chegar a Cubatão sem intervenções.

Com esse projeto, o Estado reduziria a dependência da Petrobras e ampliaria o recolhimento de impostos sobre o serviço. Além disso, o Governo do

Estado vem trabalhando numa proposta de criação de leilões de compra de gás, nos mesmos moldes dos leilões de energia feitos pelo Governo Federal.

A ideia é que as distribuidoras e indústrias paulistas comprem volumes ofertados pelas produtoras do pré-sal e assegurem demanda para viabilizar investimentos bilionários em infraestrutura. O único problema é que nada disso deverá estar pronto antes de 2022.

Setor comemora mudança em regra para pré-sal

Um dos temas que são encarados como gargalo no setor de petróleo e gás nacional é a aprovação do projeto que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora única do pré-sal, o que poderá ampliar a participação privada na exploração dos campos.

O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e depende da sanção do presidente Michel Temer (PMDB).

Esta era uma das prioridades da agenda legislativa do Governo. O projeto foi apresentado pelo senador e atual ministro das Relações Exteriores,

José Serra (PSDB).

A lei acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras ser sócia, com ao menos 30% de participação, e a operadora única (responsável por tarefas como procura de petróleo, avaliação de áreas e perfuração de poços) de todos os campos de exploração em águas profundas.

Caberá agora ao Conselho Nacional de Política Energética, “considerando o interesse nacional”, oferecer à estatal a preferência para ser a operadora dos blocos.

“A Petrobras é a única que pode explorar os campos do

pré-sal. Mas o presidente sancionando essa lei destravar isso. Ela terá a preferência, mas não a obrigatoriedade. Isso poderá atrair outras empresas a entrar no setor”, avalia Fátima Giovanna Coviello Ferreira, diretora de Economia e Estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Na avaliação dela, a Rota 4, além de trazer mais segurança ao suprimento de gás natural, seria um agente de fortalecimento da indústria química. “É uma baita oportunidade para diversificar e aproveitar a riqueza do gás, atraindo investi-

Prioridade

O professor Áureo Emanuel Pasqualetto Figueiredo, da Unisanta, julga fundamental priorizar o investimento em exploração e produção, para se garantir a redução gradual da dependência de petróleo e gás natural importados.

mentos para cá”, diz.

Em um contexto como esse, seria necessária uma unidade

de processamento e tratamento de gás natural que separasse gás e líquidos.

“Se extraídos, eles se convertem em itens nobres para a cadeia de produção. O total de aproveitamento pode agregar oito vezes o valor do gás, gerando pneus, fertilizantes, metanol. Isso é emprego, investimento, impostos”, opina.

PARA CRESCER

O professor Áureo Emanuel Pasqualetto Figueiredo, diretor da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade Santa Cecília (Unisanta), acre-

ditiza que é fundamental priorizar o investimento nos setores de exploração e produção, para garantir a redução gradual da dependência de petróleo e gás natural importados.

“A cada mês, estamos observando um aumento expressivo na entrega de gás natural para o mercado proveniente das reservas de petróleo localizadas no pré-sal. Números recentes da ANP (Agência Nacional do Petróleo) indicam que a Bacia de Santos já fornece gás natural em patamares equivalentes ao disponibilizado pela Bolívia”, analisa o especialista.